



Número: **0805626-91.2017.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **17ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **09/02/2017**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ELENILSON EDUARDO DE OLIVEIRA (AUTOR)		JOSE NICODEMOS DINIZ NETO (ADVOGADO)	
		djan henrique mendonca do nascimento (ADVOGADO)	
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (RÉU)			
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6533466	09/02/2017 00:15	Petição Inicial	Petição Inicial
6533478	09/02/2017 00:15	LAUDO 01	Outros Documentos
6533481	09/02/2017 00:15	INICIAL DPVAT ELENILSON EDUARDO DE OLIVEIRA	Outros Documentos
6533482	09/02/2017 00:15	DUT	Outros Documentos
6533483	09/02/2017 00:15	DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA	Outros Documentos
6533484	09/02/2017 00:15	CPF	Outros Documentos
6533485	09/02/2017 00:15	BO	Outros Documentos
6533486	09/02/2017 00:15	AUDITORIA DPVAT 13	Outros Documentos
6533487	09/02/2017 00:15	AUDITORIA DPVAT 12	Outros Documentos
6533488	09/02/2017 00:15	AUDITORIA DPVAT 11	Outros Documentos
6533489	09/02/2017 00:15	AUDITORIA DPVAT 10	Outros Documentos
6533490	09/02/2017 00:15	AUDITORIA DPVAT 09	Outros Documentos
6533491	09/02/2017 00:15	AUDITORIA DPVAT 08	Outros Documentos
6533492	09/02/2017 00:15	AUDITORIA DPVAT 07	Outros Documentos
6533493	09/02/2017 00:15	AUDITORIA DPVAT 06	Outros Documentos
6533494	09/02/2017 00:15	AUDITORIA DPVAT 05	Outros Documentos
6533495	09/02/2017 00:15	AUDITORIA DPVAT 04	Outros Documentos
6533496	09/02/2017 00:15	AUDITORIA DPVAT 03	Outros Documentos

65334 97	09/02/2017 00:15	AUDITORIA DPVAT 02	Outros Documentos
65334 98	09/02/2017 00:15	AUDITORIA DPVAT 01	Outros Documentos
95729 23	06/09/2017 17:22	Despacho	Despacho

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA ____ CÍVEL DA
COMARCA DE JOÃO PESSOA – PB.**

ELENILSON EDUARDO DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, auxiliar administrativo, inscrito no CPF sob o nº 071.130.174-36, residente e domiciliado na Rua das Margaridas, nº 78, Mangabeira, Caaporã – PB, Cep.: 58.326-000, por conduto de seu advogado “in fine” assinado, conforme procuração anexa, com escritório no endereço abaixo timbrado, onde recebe intimações e/ou notificações de estilo deste Juízo, vem à honrosa presença de Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA

Em desfavor da **MAPFRE SEGURO**, inscrita no **CNPJ de nº 61.074.175/0082-01**, com filial na Av. Pres. Epitácio Pessoa, nº 723 – bairro dos Estados, João Pessoa - PB, 58030-000, **Telefone:** (83) 3244-3339 e **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT**, inscrita no CNPJ de nº **09.248.608/0001-04**, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Rio de Janeiro – RJ, Cep.: 20.031-205, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:



DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

O promovente afirma que não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, razão pela qual faz jus ao benefício da gratuidade da justiça, nos termos dos arts. 98 e 99, § 3º do CPC.

De fato, não importa se o promovente possui patrimônio, o fato de ter constituído advogado particular ou está em absoluta miséria, para que seja beneficiário da justiça gratuita. Faz-se necessário que, no momento, não possua condições de arcar com as custas e os honorários, sem prejuízo próprio ou de sua família.

Assim sendo, pede e requer o promovente as benesses da **JUSTIÇA GRATUITA** no sentido de dispensar o pagamento de quaisquer custas, emolumentos e honorários advocatícios, consoante os ditames dos arts. 98 e 99, § 3º do CPC e o art. 5º da Carta Magna Brasileira.

DA SINÓPSE FÁTICA E DOS FUNDAMENTOS

O demandante após sofrer acidente de moto ficou com seqüela decorrente de traumatismo craniano, diante de tal fato providenciou os documentos exigidos pela seguradora a exemplo do licenciamento da moto, boletim de ocorrência, laudos médicos e requereu sua indenização perante a seguradora, todavia a seguradora líder não pagou o valor de sua indenização.

Em face de haver erro de digitação no número do chisi constante no BO, houve auditoria no processo do demandante conforme documentos anexos. Todas as questões indagadas pela auditora foram sanadas, mas até a presente data o processo administrativo do demandante ficou com tramitação paralisada e o pagamento não foi realizado.

Em consequência de tais fatos, é que o demandante vem a juízo ingressar com a presente ação de cobrança do seguro dpvat.



DO DIREIRO

Assim dispõe a lei 6.194/76, vejamos:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: [\(Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009\)](#). [\(Produção de efeitos\)](#).

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)

A respeito do tema, em situações semelhantes já decidiu o egrégio TJPB no seguinte aresto, senão vejamos:

Processo: 07520070025897001 Decisão: Decisão Relator: DES JOSÉ RICARDO PORTO Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO Data do Julgamento: 13/08/2012

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA, AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL E CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEIÇÃO DAS **QUESTÕES PRÉVIAS**. - **Qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório, conforme preconiza a Lei nº 6.194/74, em seu art.7º . - 0 recebimento do seguro DPVAT não está condicionado ao esgotamento da via administrativa.** - Ao juiz incumbe aferir a necessidade ou não da produção das provas requeridas pelas partes, sendo-lhe facultado indeferir aquelas que entender desnecessárias à formação do seu convencimento art. 130, CPC.

MÉRITO. DEBILIDADE PERMANENTE. COMPROVAÇÃO PELA PROVA PERICIAL. DIREITO À PERCEPÇÃO DA VERBA CORRESPONDENTE. ESTIPULAÇÃO EQUÂNIME E FIXADA EM ATENÇÃO À RAZOABILIDADE. DIPLOMA NORMATIVO VIGENTE À DATA DO SINISTRO QUE VINCULA A INDENIZAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. VALOR A SER APURADO COM BASE NO PISO SALARIAL EM VIGOR À ÉPOCA DO EVENTO DANOSO. PARTE DA SENTENÇA EM MANIFESTO CONFRONTO A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NO ÂMBITO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ART. 557, §1º-A DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. - Levando-se em consideração que a legislação em vigor na data do sinistro fixa o patamar a ser indenizado em caso de morte e



invalidez permanente total, é de se considerar, para aferição do valor a que faz jus o autor, o grau de debilidade por este suportada. - Atestando o laudo pericial que do acidente decorreu grave debilidade permanente em membro inferior, é de se manter a sentença que estipulou a verba em atenção ao critério da razoabilidade e equanimidade. - Contudo, é de se reformar o decisum tão somente para que o quantum seja apurado com base no salário mínimo vigente à data do sinistro. Precedentes.

Igualmente é o que nos afirma o Acórdão do TJMG a seguir arrolado:

Número do processo:1.0433.07.226331-5/001(1)

Acórdão Indexado!

Relator: BITENCOURT MARCONDES

Relator do Acórdão: BITENCOURT MARCONDES

Data do Julgamento: 17/12/2008

Data da Publicação: 23/01/2009

Inteiro Teor:

EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. VALOR DA INDENIZAÇÃO. FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. A Lei nº 6.194/74, em seu art. 3º, alínea 'b', possibilita à Administração graduar o valor da indenização no caso de invalidez permanente, de forma que o pagamento do SEGURO em valor inferior a 40 salários mínimos não é ilegal, desde que, é claro, seja observado o princípio da proporcionalidade na fixação da indenização. Comprovada a ocorrência do acidente de trânsito, bem como do dano dele decorrente (debilidade permanente no membro inferior direito), o beneficiário tem direito ao recebimento da indenização do SEGURO DPVAT, em valor proporcional ao grau de invalidez, nos termos da Resolução nº 01/75, do CNSP. O recebimento, na via administrativa, de parte do valor da indenização não retira o direito da parte de pleitear, em juízo, a quantia restante, porquanto a quitação perante a Seguradora somente diz respeito à importância que foi efetivamente recebida. A fixação da indenização em salários mínimos é perfeitamente possível, porque o critério estabelecido pela Lei nº 6.194/74 refere-se ao quantum a ser indenizado, e não ao fator de correção monetária.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0433.07.226331-5/001 - COMARCA DE MONTES CLAROS - APELANTE(S): CAMPOS FERREIRA DA SILVA - APELADO(A)(S): MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - RELATOR: EXMO. SR. DES. BITENCOURT MARCONDES

ACÓRDÃO Vistos etc., acorda, em Turma, a 16ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, incorporando neste o



relatório de fls., na conformidade da ata dos julgamentos e das notas taquigráficas, à unanimidade de votos, EM DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO. Belo Horizonte, 17 de dezembro de 2008.

A propósito, leciona Humberto Theodoro Júnior, que:

"No processo civil, onde quase sempre predomina o princípio dispositivo, que entrega a sorte da causa à diligência ou interesse da parte, assume especial relevância a questão pertinente ao ônus da prova. Esse ônus consiste na conduta processual exigida da parte para que a verdade dos fatos por ela arroladas seja admitida pelo juiz. Não há um dever de provar, nem à parte contrária assiste o direito de exigir a prova do adversário. Há um simples ônus, de modo que o litigante assume o risco de perder a causa se não provar os fatos alegados e do qual depende a existência do direito subjetivo que pretende resguardar através da tutela jurisdicional. Isto porque, segundo máxima antiga, fato alegado e não provado é o mesmo que fato inexistente." (Curso de Direito Processual Civil, Ed. Forense, 18ª ed., p.421)

DO PEDIDO

Ex positis, requer:

- a) Os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos dos arts. 98 e 99, § 3º do CPC;
- b) A Expedição do competente **MANDADO DE CITAÇÃO por CARTA COM AVISO DE RECEBIMENTO ou de forma eletrônica** nos termos do art. 246 do CPC para, querendo, contestar a presente ação, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato;
- c) E, ao final, a presente ação seja julgada totalmente **PROCEDENTE** para condenar **A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT**, no pagamento do valor de indenização por invalidez a que tem direito o demandante, acrescido de juros de mora da citação e correção monetária que deverá incidir desde a respectiva data do indeferimento administrativo em 04/11/2016;
- d) A condenação em honorários advocatícios a serem fixados por este juízo na forma preceituada pelo § 2º, do art. 85, do NCPD;



e) A não realização de audiência de conciliação ou de mediação, conforme art. 319, VII, do CPC/2015;

f) Assim, portanto, protesta por todos os meios de provas em direito admitidos, depoimento pessoal do representante legal da demandada, sob pena de confesso, oitiva de testemunhas, desde já arrolada, onde comparecerão nas audiências independentemente de intimações, perícia médica, juntada de outros documentos, etc., tudo, de logo requerido.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Diamante (PB), 08 de fevereiro de 2017.

José Nicodemos Diniz Neto. .

Advogado – OAB/PB – 12.130





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE	ELENILSON EDUARDO DE OLIVEIRA
DATA DE NASCIMENTO	18/08/86
NOME DA MÃE	LINDALVA MARINA DE OLIVEIRA

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º	893.469
PRONTUÁRIO N.º	XXXXXXXXXXXXXXXXXX
DATA DO ATENDIMENTO	14/01/16
HORA DO ATENDIMENTO	22:05
MOTIVO DO ATENDIMENTO	ACIDENTE DE MOTO
DIAGNÓSTICO (S)	TCE
CID 10	V 29 + S 06

AVALIAÇÃO INICIAL:

PACIENTE DEU ENTRADA NESTE SERVIÇO, VÍTIMA DE ACIDENTE MOTOCICLISTICO, ENCAMINHADO POR SERVIÇO DE SAÚDE DE CAAPORÃ, ALCOOLIZADO (SIC), COM FERIMENTO CORTOCONTUSO EM COURO CABELUDO + ABRASÕES EM OMBRO DIREITO + CONFUSÃO MENTAL. GLASGOW 11 (2 + 4 + 5).

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

TC DE CRÂNIO- RELATO NCR- SEM HEMATOMA E COM MUITO ARTEFATO.
TC DE CRÂNIO- CONTROLE- NDN

TRATAMENTO

PACIENTE EM OBSERVAÇÃO NCR + SUTURA DO FCC + MEDICAÇÃO.

ALTA HOSPITALAR:	16/01/2016
DATA DA EMISSÃO:	27/01/2016

Drª. Joacila Braga Brandão
CRM: 1741/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA ____ CÍVEL
DA COMARCA DE JOÃO PESSOA – PB.**

ELENILSON EDUARDO DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, auxiliar administrativo, inscrito no CPF sob o nº 071.130.174-36, residente e domiciliado na Rua das Margaridas, nº 78, Mangabeira, Caaporã – PB, Cep.: 58.326-000, por conduto de seu advogado “in fine” assinado, conforme procuração anexa, com escritório no endereço abaixo timbrado, onde recebe intimações e/ou notificações de estilo deste Juízo, vem à honrosa presença de Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA

Em desfavor da **MAPFRE SEGURO**, inscrita no **CNPJ de nº 61.074.175/0082-01**, com filial na Av. Pres. Epitácio Pessoa, nº 723 – bairro dos Estados, João Pessoa - PB, 58030-000, **Telefone:** (83) 3244-3339 e **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT**, inscrita no CNPJ de nº **09.248.608/0001-04**, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Rio de Janeiro – RJ, Cep.: 20.031-205, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

O promovente afirma que não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, razão pela qual faz jus ao benefício da gratuidade da justiça, nos termos dos arts. 98 e 99, § 3º do CPC.

De fato, não importa se o promovente possui patrimônio, o fato de ter constituído advogado particular ou está em absoluta miséria, para que seja beneficiário da

Escritório Diamante
End: Rua: Engenheiro Ernesto de Sousa Diniz, S/N
Centro - Diamante / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3494-1013
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório Boa Ventura
End: Rua: Quitéria Pinto Brandão, S/N
Centro - Boa Ventura / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3493-1151
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório João Pessoa
End: Av. Nª Senhora de Fátima, 1843 SL 112
Torre - João Pessoa / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434
e-mail: ndadvogados@outlook.com

1





justiça gratuita. Faz-se necessário que, no momento, não possua condições de arcar com as custas e os honorários, sem prejuízo próprio ou de sua família.

Assim sendo, pede e requer o promovente as benesses da **JUSTIÇA GRATUITA** no sentido de dispensar o pagamento de quaisquer custas, emolumentos e honorários advocatícios, consoante os ditames dos arts. 98 e 99, § 3º do CPC e o art. 5º da Carta Magna Brasileira.

DA SINÓPSE FÁTICA E DOS FUNDAMENTOS

O demandante após sofrer acidente de moto ficou com seqüela decorrente de traumatismo craniano, diante de tal fato providenciou os documentos exigidos pela seguradora a exemplo do licenciamento da moto, boletim de ocorrência, laudos médicos e requereu sua indenização perante a seguradora, todavia a seguradora líder não pagou o valor de sua indenização.

Em face de haver erro de digitação no número do chisi constante no BO, houve auditoria no processo do demandante conforme documentos anexos. Todas as questões indagadas pela auditora foram sanadas, mas até a presente data o processo administrativo do demandante ficou com tramitação paralisada e o pagamento não foi realizado.

Em consequência de tais fatos, é que o demandante vem a juízo ingressar com a presente ação de cobrança do seguro dpvat.

DO DIREIRO

Assim dispõe a lei 6.194/76, vejamos:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: [\(Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009\).](#) [\(Produção de efeitos\).](#)

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)

Escritório Diamante
End: Rua: Engenheiro Ernesto de Sousa Diniz, S/N
Centro - Diamante / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3494-1013
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório Boa Ventura
End: Rua: Quitéria Pinto Brandão, S/N
Centro - Boa Ventura / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3493-1151
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório João Pessoa
End: Av. Nª Senhora de Fátima, 1843 SL 112
Torre - João Pessoa / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434
e-mail: ndadvogados@outlook.com

2





II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)

A respeito do tema, em situações semelhantes já decidiu o egrégio TJPB no seguinte aresto, senão vejamos:

Processo: 07520070025897001 Decisão: Decisão Relator: DES JOSÉ RICARDO PORTO Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO Data do Julgamento: 13/08/2012

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA, AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL E CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEIÇÃO DAS **QUESTÕES PRÉVIAS**. - **Qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório, conforme preconiza a Lei nº 6.194/74, em seu art.7º . - O recebimento do seguro DPVAT não está condicionado ao esgotamento da via administrativa.** - Ao juiz incumbe aferir a necessidade ou não da produção das provas requeridas pelas partes, sendo-lhe facultado indeferir aquelas que entender desnecessárias à formação do seu convencimento art. 130, CPC.

MÉRITO. DEBILIDADE PERMANENTE. COMPROVAÇÃO PELA PROVA PERICIAL. DIREITO À PERCEPÇÃO DA VERBA CORRESPONDENTE. ESTIPULAÇÃO EQUÂNIME E FIXADA EM ATENÇÃO À RAZOABILIDADE. DIPLOMA NORMATIVO VIGENTE À DATA DO SINISTRO QUE VINCULA A INDENIZAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. VALOR A SER APURADO COM BASE NO PISO SALARIAL EM VIGOR À ÉPOCA DO EVENTO DANOSO. PARTE DA SENTENÇA EM MANIFESTO CONFRONTO A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NO ÂMBITO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ART. 557, §1º-A DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. - Levando-se em consideração que a legislação em vigor na data do sinistro fixa o patamar a ser indenizado em caso de morte e invalidez permanente total, é de se considerar, para aferição do valor a que faz jus o autor, o grau de debilidade por este suportada. - Atestando o laudo pericial que do acidente decorreu grave debilidade permanente em membro inferior, é de se manter a sentença que

Escritório Diamante
End: Rua: Engenheiro Ernesto de Sousa Diniz, S/N
Centro - Diamante / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3494-1013
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório Boa Ventura
End: Rua: Quitéria Pinto Brandão, S/N
Centro - Boa Ventura / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3493-1151
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório João Pessoa
End: Av. Nª Senhora de Fátima, 1843 SL 112
Torre - João Pessoa / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434
e-mail: ndadvogados@outlook.com

3





estipulou a verba em atenção ao critério da razoabilidade e equanimidade. - Contudo, é de se reformar o decisum tão somente para que o quantum seja apurado com base no salário mínimo vigente à data do sinistro. Precedentes.

Igualmente é o que nos afirma o Acórdão do TJMG a seguir arrolado:

Número do processo: 1.0433.07.226331-5/001(1)

Acórdão Indexado!

Relator: BITENCOURT MARCONDES

Relator do Acórdão: BITENCOURT MARCONDES

Data do Julgamento: 17/12/2008

Data da Publicação: 23/01/2009

Inteiro Teor:

EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. VALOR DA INDENIZAÇÃO. FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. A Lei nº 6.194/74, em seu art. 3º, alínea 'b', possibilita à Administração graduar o valor da indenização no caso de invalidez permanente, de forma que o pagamento do SEGURO em valor inferior a 40 salários mínimos não é ilegal, desde que, é claro, seja observado o princípio da proporcionalidade na fixação da indenização. Comprovada a ocorrência do acidente de trânsito, bem como do dano dele decorrente (debilidade permanente no membro inferior direito), o beneficiário tem direito ao recebimento da indenização do SEGURO DPVAT, em valor proporcional ao grau de invalidez, nos termos da Resolução nº 01/75, do CNSP. O recebimento, na via administrativa, de parte do valor da indenização não retira o direito da parte de pleitear, em juízo, a quantia restante, porquanto a quitação perante a Seguradora somente diz respeito à importância que foi efetivamente recebida. A fixação da indenização em salários mínimos é perfeitamente possível, porque o critério estabelecido pela Lei nº 6.194/74 refere-se ao quantum a ser indenizado, e não ao fator de correção monetária.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0433.07.226331-5/001 - COMARCA DE MONTES CLAROS - APELANTE(S): CAMPOS FERREIRA DA SILVA - APELADO(A)(S): MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - RELATOR: EXMO. SR. DES. BITENCOURT MARCONDES

ACÓRDÃO Vistos etc., acorda, em Turma, a 16ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, incorporando neste o relatório de fls., na conformidade da ata dos julgamentos e das notas taquigráficas, à unanimidade de votos, EM DAR PARCIAL

Escritório Diamante
End: Rua: Engenheiro Ernesto de Sousa Diniz, S/N
Centro - Diamante / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3494-1013
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório Boa Ventura
End: Rua: Quitéria Pinto Brandão, S/N
Centro - Boa Ventura / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3493-1151
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório João Pessoa
End: Av. Nª Senhora de Fátima, 1843 SL 112
Torre - João Pessoa / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434
e-mail: ndadvogados@outlook.com

4





PROVIMENTO AO RECURSO. Belo Horizonte, 17 de dezembro de 2008.

A propósito, leciona Humberto Theodoro Júnior, que:

"No processo civil, onde quase sempre predomina o princípio dispositivo, que entrega a sorte da causa à diligência ou interesse da parte, assume especial relevância a questão pertinente ao ônus da prova. Esse ônus consiste na conduta processual exigida da parte para que a verdade dos fatos por ela arroladas seja admitida pelo juiz. Não há um dever de provar, nem à parte contrária assiste o direito de exigir a prova do adversário. Há um simples ônus, de modo que o litigante assume o risco de perder a causa se não provar os fatos alegados e do qual depende a existência do direito subjetivo que pretende resguardar através da tutela jurisdicional. Isto porque, segundo máxima antiga, fato alegado e não provado é o mesmo que fato inexistente." (Curso de Direito Processual Civil, Ed. Forense, 18ª ed., p.421)

DO PEDIDO

Ex positis, requer:

- a) Os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos dos arts. 98 e 99, § 3º do CPC;
- b) A Expedição do competente **MANDADO DE CITAÇÃO por CARTA COM AVISO DE RECEBIMENTO ou de forma eletrônica** nos termos do art. 246 do CPC para, querendo, contestar a presente ação, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato;
- c) E, ao final, a presente ação seja julgada totalmente **PROCEDENTE** para condenar **A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT**, no pagamento do valor de indenização por invalidez a que tem direito o demandante, acrescido de juros de mora da citação e correção monetária que deverá incidir desde a respectiva data do indeferimento administrativo em 04/11/2016;
- d) A condenação em honorários advocatícios a serem fixados por este juízo na forma preceituada pelo § 2º, do art. 85, do NCPC;
- e) A não realização de audiência de conciliação ou de mediação, conforme art. 319, VII, do CPC/2015;

Escritório Diamante
End: Rua: Engenheiro Ernesto de Sousa Diniz, S/N
Centro - Diamante / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3494-1013
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório Boa Ventura
End: Rua: Quitéria Pinto Brandão, S/N
Centro - Boa Ventura / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3493-1151
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório João Pessoa
End: Av. Nª Senhora de Fátima, 1843 SL 112
Torre - João Pessoa / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434
e-mail: ndadvogados@outlook.com

5





f) Assim, portanto, protesta por todos os meios de provas em direito admitidos, depoimento pessoal do representante legal da demandada, sob pena de confesso, oitiva de testemunhas, desde já arrolada, onde comparecerão nas audiências independentemente de intimações, perícia médica, juntada de outros documentos, etc., tudo, de logo requerido.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Diamante (PB), 08 de fevereiro de 2017.

José Nicodemos Diniz Neto. .
Advogado – OAB/PB – 12.130

Escritório Diamante
End: Rua: Engenheiro Ernesto de Sousa Diniz, S/N
Centro - Diamante / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3494-1013
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório Boa Ventura
End: Rua: Quitéria Pinto Brandão, S/N
Centro - Boa Ventura / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434 / 3493-1151
e-mail: ndadvogados@outlook.com

Escritório João Pessoa
End: Av. Nª Senhora de Fátima, 1843 SL 112
Torre - João Pessoa / PB
Fones: (83) 8862-4525 / 9993-0434
e-mail: ndadvogados@outlook.com

6



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

DECLARANTE: ELENILOX EDUARDO DE OLIVEIRA,
brasileiro(a), SOLTEIRO, AUX. ADMINISTRATIVO inscrito(a) no CPF de nº
074.130.174-36, com endereço atual na Rua
DAS MARGARITAS, nº 78,
bairro Manufatura Cidade Caaporã - PB.

Declara nos precisos termos do art. 1º da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 (dispõe sobre prova documental), para o fim de obtenção do benefício da Justiça Gratuita, que sua situação econômica não lhe permite pagar às custas processuais e honorários de advogados, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.

Declara, ainda, ser conhecedor(a) das sanções civis, penais e administrativas constantes do art. 2º da supra citada lei, caso o presente documento não porte a verdade.

João Pessoa (PB), 25 de janeiro de 2017.

DECLARANTE

Elenilox Eduardo de Oliveira





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

071.130.174-36

Nome

ELENILSON EDUARDO DE OLIVEIRA

Nascimento

18/08/1986



BOLETIM DE OCORRÊNCIA nº 2471/2016 RETIFICAÇÃO

Versando sobre: Acidente Automobilístico

Data do ocorrido: 14 de Janeiro de 2016

Hora e data que a Delegacia tomou conhecimento: 12h10min, do dia 14 de Abril de 2016.

Local do ocorrido: Caaporã - PB

COMUNICANTE:

Nome: Elenilson Eduardo de Oliveira

Nacionalidade: brasileiro

Naturalidade: Goiana/PE

Estado civil: solteiro

Idade: 29 ANOS

Data de nascimento: 18/08/1986

Profissão: Aux. Administrativo

RG: 3000281 SDS/PB

CPF: 071.130.174-36

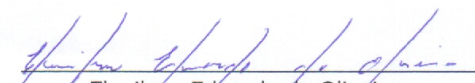
Filiação: Eduardo Severino Neto e de Lindalva Marina de Oliveira

Endereço: R- das Margaridas, n.º 78, Mangabeira, Caaporã/PB

Telefone: (83) 993862245

Ponto de Referência:

HISTORICO: Ciente da penalidade prevista no Artigo 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica) declarou QUE: No dia 14/01/2016, por volta das 20:30hs, conduzia uma moto Honda Biz de cor Rosa de placa-PEP-6202-PE, ano 2012/2013, CHASSI-9C2JC4820DR023212, de propriedade do Sr. Gizelio Cosmo Rufino da Silva, sentido Destilaria TABÚ Bairro Piquete, Pb-044, neste Município, quando colidio em uma pedra, caindo ao solo sofrendo traumas na cabeça e no ombro, conforme documentos em anexo. Requer registro de ocorrência e respectiva certidão para fazer prova junto ao Órgão Competente.



Elenilson Eduardo de Oliveira
COMUNICANTE



Renata Teixeira
Apc. Mat. 182009-5



ASSINATURA: *Jose Nicodeмоs Diniz Neto*

AUDITOR: *Jose Nicodeмоs Diniz Neto*

ENDERECO: _____

CPF: _____

TESTEMUNHA - NOME: _____

ENDERECO: *Rua Proffhaas 314, Neusgaters, Caetere, PB*

CPF: *3235319552-9*

TESTEMUNHA - NOME: *Jose Nicodeмоs Diniz Neto*

ASSINATURA DO DECLARANTE: *Jose Nicodeмоs Diniz Neto*

LOCAL E DATA: *Caetere, 04 de novembro de 2016*

HORA: *13:31*

TELEFONE (____): *839303.8300*

TELEFONE (____): _____

RECEBEU A INDENIZACAO? ☐ SIM ☒ NAO ☐ NAO SE APLICA QUANDO?

FORMALIZOU PEDIDO JUDICIAL PARA REQUERER PRIVAT? ☐ SIM ☒ NAO ☐ NAO SE APLICA QUANDO?

RECEBEU A INDENIZACAO? ☐ SIM ☒ NAO ☐ NAO SE APLICA QUANDO?

SINISTRO: _____

NATUREZA: _____

PLEITEOU SINISTRO ADMINISTRATIVO? ☐ SIM ☒ NAO

DATAS, DINAMICAS, LESOES E VEICULOS: _____

SOFREU OUTRO ACIDENTE? ☐ SIM ☒ NAO

XII - OUTROS ACIDENTES



DATA:

04.11.2016

ASSINATURA DO ENTREVISTADO

PAG 06/07

OUTROS ESCLARECIMENTOS:

TEM CONHECIMENTO DE RECLAMAÇÃO ADMINISTRATIVA? ☐ SIM ☐ NÃOTEM CONHECIMENTO DE OUTRA AÇÃO JUDICIAL EM SEU NOME? ☐ SIM ☐ NÃOCOMPARECEU À AUDIÊNCIA (FOI AO FÓRUM)? ☐ SIM ☐ NÃO QUANDO?

PORQUE INGRESSOU COM AÇÃO JUDICIAL?

QUAL O ÚLTIMO CONTATO COM O ADVOGADO?

COMO CONHECEU O ADVOGADO?

TELEFONE ESCRITÓRIO: () - TELEFONE OUTROS: () -

ENDEREÇO:

NOME ADVOGADO:

XI - JUDICIAL

DIVERGÊNCIAS:

RECONHECE COMO ÚNICOS HERDEIROS AS PESSOAS DESCRITAS NA DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS? ☐ SIM ☐ NÃO

A VÍTIMA RESIDIA COM QUEM? ONDE?

NOME(S):

A VÍTIMA POSSUI IRMÃOS? ☐ SIM ☐ NÃO QUANTOS:A VÍTIMA POSSUI GENITORES VIVOS? ☐ SIM ☐ NÃO

NOME:

A VÍTIMA POSSUI ESPOSA(O) OU COMPANHEIRA(O)? ☐ SIM ☐ NÃO TEMPO DE CONVIVÊNCIA:

X - ÓBITO



PAG 05/07

ASSINATURA DO ENTREVISTADO

DATA:

04.11.2016

NOME(S):

A VÍTIMA TEM FILHOS? ☐ SIM ☐ NÃO QUANTOS:

GRAU DE PARENTESCO DO REQUERENTE COM A VÍTIMA:

QUAL?

HOVE ALGUMA RETIFICAÇÃO NA CERTIDÃO DE ÓBITO? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ DESCONHECECONHECE O DECLARANTE DA CERTIDÃO DE ÓBITO? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ RELAÇÃO COM DECLARANTE:

CIDADE:

CARTÓRIO:

CIDADE:

LOCAL DO ÓBITO:

DATA DO ÓBITO:

CAUSA DA MORTE:

UF:

DATA DA CERTIDÃO:

UF:

X - ÓBITO

DIVERGÊNCIAS:

RECONHECE OS PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS E/OU EQUIPAMENTOS DESCRITOS NA NOTA FISCAL? ☐ SIM ☐ NÃO

COMO REALIZOU O PAGAMENTO?

QUANTO PLEITEOU AO SEGURO PRIVAT?

QUANTO PAGOU POR TODO TRATAMENTO?

DIVERGÊNCIAS:

CONFIRMA O PAGAMENTO DAS NOTAS JUNTADAS AO PEDIDO, SEU DESCRITIVO E VALOR? ☐ SIM ☐ NÃO

IX - DAMS

MOTIVO:

COMPARACEU A REALIZAÇÃO DE PERÍCIA PELA SEGURADORA LÍDER?

☐ SIM ☐ NÃO ☒ NÃO SE APLICA

OBSERVAÇÕES:

NOME DO CONTATO:

DATA DO CONTATO:

FOI SOLICITADO PELA SEGURADORA LÍDER REALIZAÇÃO DE PERÍCIA?

☐ SIM ☐ NÃO ☒ NÃO SE APLICA

DATA DO AGENDAMENTO:

☐ SIM ☒ NÃO

FORMA DO CONTATO:

HÁ DIVERGÊNCIAS ENTRE O LAUDO APRESENTADO E AS SEQUELAS EXISTENTES?

☐ SIM ☐ NÃO ☒ NÃO SE APLICA

VIII - INVALIDEZ

DATA:

04.01.2016

ASSINATURA DO ENTREVISTADO

X / /

CIDADE:

UF:

OUTROS ATENDIMENTOS - HOSPITAL:

CIDADE:

UF:

OUTROS ATENDIMENTOS - HOSPITAL:

CIDADE:

UF:

1º ATENDIMENTO - HOSPITAL: de urgência e trauma, Serviço Hospitalar de Urgência

HOVE ATENDIMENTO MÉDICO? ☒ SIM ☐ NÃO

V - ATENDIMENTO MÉDICO

QUAIS?

Qualquer coisa, 9521482028023212, quando o correto, 9521482028023212

RECONHECE DIVERGÊNCIAS DE DADOS DO VEÍCULO MENCIONADO NO B07? ☒ SIM ☐ NÃO

QUAIS?

RECONHECE DIVERGÊNCIAS NO HISTÓRICO DO ACIDENTE RELATADO NO B07? ☒ SIM ☐ NÃO

QUAL O MOTIVO DO ADITAMENTO?

POSSUI ADITAMENTO? ☒ SIM ☐ NÃO

LOCAL ONDE FOI REALIZADO O REGISTRO DE OCORRÊNCIA:

Bateria de Carros

FOI ACOMPANHADA À DELEGACIA? ☒ SIM ☐ NÃOPOR QUEM? ☐ NÃO SE APLICA

QUEM EFETUOU O REGISTRO DE OCORRÊNCIA?

A vítima

FOI O COMUNICANTE DO REGISTRO DE OCORRÊNCIA? ☒ SIM ☐ NÃO

NÃO SE APLICA

DATA DA COMUNICAÇÃO:

14.04.2016

VI - VEÍCULO ENVOLVIDO

VEÍCULO APRESENTADO: ☒ SIM ☐ NÃODOCUMENTAÇÃO APRESENTADA: ☒ NÃO ☐ SIM

LOCALIZAÇÃO DO VEÍCULO:

Na residência do proprietário

TEM CONHECIMENTO DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO/REEMBOLSO PARA ESTE CONDUTOR? ☒ SIM ☐ NÃOO CONDUTOR DO VEÍCULO TAMBÉM SOFREU LESÕES NO ACIDENTE? ☒ SIM ☐ NÃOCONDUTOR DO VEÍCULO: ☐ NÃO SE APLICA

CONDUTOR DO VEÍCULO:

Evelton Eduardo de Oliveira

PROPRIETÁRIO DE FATO:

Grupo como futuro de fato

PROPRIETÁRIO DE DIREITO:

Grupo como futuro de fato

MODELO:

B12 125 ES

TIP:

motocicleta

VEÍCULO ENVOLVIDO NO ACIDENTE FOI IDENTIFICADO? ☒ SIM ☐ NÃO

MARCA:

Honda

RENAVAN:

50011386

COR:

Verde

PLACA:

RFP 6202

ANO:

02/2013

IV - OCORRÊNCIA



DATA: 04/11/2016

ASSINATURA DO ENTREVISTADO

MAG PA/17

ESTÁ IMPEDIDO DE REALIZAR ATIVIDADE LABORAL? ☐ SIM ☒ NÃODESCREVA AS SEQUELAS/LIMITAÇÕES: *doença de olho e problemas e fadiga de um ms*DO ACIDENTE RESULTOU SEQUELA IRREVERSÍVEL? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ EM TRATAMENTO

VIII - INVALIDEZ

PARA QUEM FOI REALIZADO O PAGAMENTO DA CONSULTA/LAUDO?

PAGOU PELA CONSULTA/PERÍCIA? ☐ SIM ☐ NÃO QUANTOS R\$

ONDE FOI REALIZADA A CONSULTA/PERÍCIA?

QUEM INDICOU O MÉDICO?

LOCAL:

☐ PARTICULAR - MÉDICO

LOCAL:

☐ IMI - MÉDICO☒ NÃO - OBSERVAÇÕES

REALIZOU CONSULTA/PERÍCIA MÉDICA PARA FINS DE DPVAT?

VII - LAUDO

OBSERVAÇÕES:

RECONHECE A ASSINATURA NA AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO? ☒ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

COMO FOI REALIZADA A ABERTURA DA CONTA CORRENTE?

RECONHECE OS DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO? ☒ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

VI - DADOS BANCÁRIOS

QUAL?

HOUVE ALGUM ATENDIMENTO PARTICULAR? ☐ SIM ☒ NÃO

QUAL?

HOUVE ALGUM ATENDIMENTO REALIZADO PELO SUS? ☒ SIM ☐ NÃO

TIPO DE TRATAMENTO:

ENCONTRA-SE EM TRATAMENTO MÉDICO?

REALIZOU FISIOTERAPIA? ☐ SIM ☒ NÃO QUANTAS SESSÕES?

PERÍODO

PERÍODO

FICOU INTERNADO?

☒ SIM ☐ NÃOFOI SUBMETIDA À CIRURGIA? ☒ SIM ☐ NÃO

V - ATENDIMENTO MÉDICO



DATA:

04.11.2016

ASSINATURA DO ENTREVISTADO

[assinatura]

RECONHECE A ASSINATURA NO AVISO DE SINISTRO?

SIM ☒ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

JÁ RECEBEU ALGUM VALOR A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO/REEMBOLSO?

SIM ☐ NÃO ☒ QUANTO? R\$

TEM CONHECIMENTO DO VALOR DO LIMITE MÁXIMO DA INDENIZAÇÃO/REEMBOLSO?

SIM ☐ NÃO ☒ QUANTO? R\$

ONDE FORMALIZOU O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO/REEMBOLSO?

No departamento de tributação

MOTIVO:

RECONHECE COMO SEU O DIREITO DE RECEBER O SEGURO DPVAT?

SIM ☒ NÃO ☐

QUEM APRESENTOU O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO/REEMBOLSO?

PRÓPRIO ☐ OUTRO ☒ *Luiza - tributação*

QUEM REUNIU A DOCUMENTAÇÃO PARA O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO/REEMBOLSO?

PRÓPRIO ☒ OUTRO ☐

COMO SOUBE DO SEGURO DPVAT?

Clientes da construtora

RECONHECE QUAIS PEDIDOS DE INDENIZAÇÃO/REEMBOLSO PARA ESTE ACIDENTE?

INVALIDEZ ☒ DAMS ☐ MORTE ☐ NENHUM ☐

II - PLEITO

OBSERVAÇÃO:

RECONHECE A ASSINATURA NA DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA?

SIM ☒ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

CONFIRMA SER ESTA A SUA RESIDÊNCIA?

SIM ☒ NÃO ☐

RECONHECE O COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA ACOSTADO AO PLEITO?

SIM ☒ NÃO ☐

TELEFONE RESIDENCIAL: ()

TELEFONE OUTROS: (83) 99386-2245

ENDEREÇO RESIDENCIAL:

Rua Ruyton S/N, Mansão Capim, 28

DOC. DE IDENTIFICAÇÃO:

3000281

NOME:

Eduardo Eduardo de Oliveira

REQUERENTE ☒ OUTROS ☐

I - DECLARANTE

VÍTIMA:

Eduardo Eduardo de Oliveira

PASTA JUDICIAL:

SINISTRO: 3160598959-2

SINISTRO

ADMINISTRATIVO ☒ JUDICIAL ☐

ENTREVISTA

CNS
Cadastro Nacional
Serviços Técnicos

04/11/2016

1A:

[illegible]

U, ACIMA QUALIFICADO, DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS DE ESCLARECIMENTO AO PRESENTE PEDIDO DO SEGURO DAVANT QUE:

Motivo: Exato q. confundiu a finalidade.

ALFABETIZADO?	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
ACEITA EFETUAR O RECONHECIMENTO DO SEU SINAL PÚBLICO?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO

II - DECLARAÇÃO

NOME: Edilson Eduardo de Oliveira
 DOC. DE IDENTIFICAÇÃO: 3000 281
 ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Pádua s/n, Mangueira, Capinópolis, RJ
 TELEFONE RESIDENCIAL: () _____
☒ REQUERENTES ☐ OUTROS 1. 23.99386 2005
 TELEFONE OUTROS: _____

1 - DECLARANTE

DECLARAÇÃO

SINISTRO: 316059759-2 PASTA JUDICIAL: *Fluores Ediverto de Pa*

VITIMA: *Fluores Ediverto de Pa*

☐ DAAIS ☒ INVALIDEZ ☐ MORTE

Cadastro Nacional
CSNT
Serviços Técnicos

CNST
Cadastro Nacional
Serviços Técnicos



TELEPHONE (---)

HG:

HOME:

--- TELEPHONE (X) 99313-8300

3-235 319 SS P-PB

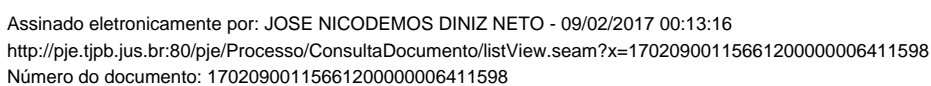
NAME - PHIL

ASSINATURA DO DECLARANTE

13.34

Passport, 04 de novembro de 2015

sistema de ensino e proporcionar a aprendizagem futura
 de SP/PT, visando que todos possam ter acesso
 a educação básica e superior, com a mesma qualidade
 e com o mesmo custo.



ASSINATURA: *Alcides Figueira*

AUDITOR: *Alcides Figueira*

ENDEREÇO: _____

CPF: _____

TESTEMUNHA - NOME: _____

RG: _____

ENDEREÇO: *Rua Pireneia 319, Moura, Capangá, PB*

CPF: *839313.830*

TESTEMUNHA - NOME: *Graciela Batista Feliciano*

RG: *3235319 SSP-PB*

ASSINATURA DO DELEGANTE: *[Assinatura]*

LOCAL E DATA: *Capangá, 04 de novembro de 2016*

HORA: *13.31*

RECEBEU A INDENIZAÇÃO? ☐ SIM ☐ NÃO ☒ NÃO SE APLICA QUANDO?

FORMALIZOU PEDIDO JUDICIAL PARA REQUERER DPVAT? ☐ SIM ☒ NÃO ☐ NÃO SE APLICA QUANDO?

RECEBEU A INDENIZAÇÃO? ☐ SIM ☐ NÃO ☒ NÃO SE APLICA QUANDO?

SINISTRO: _____

NATUREZA: _____

PLEITEOU SINISTRO ADMINISTRATIVO? ☐ SIM ☒ NÃO

RECEBEU OUTRO ACIDENTE? ☐ SIM ☒ NÃO

DATAS, DINÂMICAS, LESÕES E VEÍCULOS: _____



04.11.2016

E por estar justo e acordado, firma o AUTORIZANTE o presente TERMO DE AUTORIZAÇÃO.

Seguradora e da empresa indicante.

O AUTORIZADO assegurará ao AUTORIZANTE que a utilização do material não possui intuito de lucro, nem comercialização por parte desta.

para formar a convicção dos órgãos públicos competente, conforme o caso, em eventual necessidade de tal produção.

O AUTORIZANTE desde já reconhece que o AUTORIZADO terá a licença de uso permitida, única e exclusivamente, para fins de prova

captação e utilização de sua imagem e/ou de sua voz a serem captados durante a sindicância.

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, CNPJ 09.248.608/0001-04, doravante denominado AUTORIZADO, os direitos de

doravante denominado AUTORIZANTE, concorda em ceder, gratuitamente e por tempo indeterminado, de forma irrevogável e irretratável a

Pelo presente instrumento particular, *Eleilson Edson de Moraes*, RG nº *3000081*

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ



DATA DA ENTREVISTA: 04/11/2016

VITIMA: Flávia Fernanda de Oliveira
SINISTRO: 3600548959-2
NATUREZA: INJURIA
UF: Paraíba

RELATÓRIO DE ENTREVISTA

Seguradora Líder • DPVAT







Poder Judiciário da Paraíba
17ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0805626-91.2017.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro o pedido de Justiça Gratuita.

Trata-se de ação de Cobrança de Seguro DPVAT.

Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação.(CPC, art.139, VI e Enunciado n.35 da ENFAM).

Cite-se a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

A ausência de contestação implicará revelia, o que poderá resultar presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos.

Cumpra-se

João Pessoa, data definida no sistema

Juiz(a) de Direito

